

## CARTA ABERTA AO GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS

Nós, trabalhadores e trabalhadoras da Cultura do Estado de Alagoas, grupos e coletivos culturais, fóruns setoriais de linguagens artísticas e segmentos culturais reunidos no Comitê de Crise de Cultura de Alagoas, por meio desta, **solicitamos ao Ex. Sr. Renan Filho, Governador do Estado de Alagoas, o pagamento imediato dos projetos contemplados pelos editais estaduais lançados pela Secretaria de Estado da Cultura de Alagoas (SECULT-AL) com recursos federais oriundos da Lei Nº 14.017, de 29 de junho de 2020, a Lei Aldir Blanc.**

Segundo o levantamento online realizado entre 9 e 16 de abril, pelo Comitê de Crise da Cultura de Alagoas, foram identificados 31 projetos não pagos pelos editais voltados para execução da Lei Aldir Blanc através da Secretaria de Estado da Cultura de Alagoas – SECULT/AL, de acordo com as respostas e as categorias dos editais de concorrência pública chegou-se ao montante de R\$ 890.000,00.

A partir de dados divulgados pelo Ministério do Turismo, R\$ 605.539,00 de recursos da Aldir Blanc não foram executados pela SECULT-AL. Ou seja, somente nosso levantamento preliminar já ultrapassa o valor em conta, o que gera grandes preocupações.

Os referidos editais foram lançados em 2020, fruto de grande mobilização dos/as trabalhadores/as da Cultura do país, que conquistou a aprovação da Lei Aldir Blanc, garantindo o repasse de recursos do Fundo Nacional de Cultura para estados e municípios como meio de socorro ao setor cultural em razão da pandemia da COVID-19 por meio desta lei.

É importante lembrar, sempre, que nosso campo foi o primeiro a parar e será o último a retornar completamente às atividades e que os impactos sociais, econômicos e culturais são incalculáveis. Multiplicam-se iniciativas de solidariedade para com mestres da Cultura Popular, artistas e demais fazedores de Cultura devido à necessidade de suprir as necessidades mais básicas dos trabalhadores e trabalhadoras. Neste cenário de desolação é inadmissível que recursos federais com destinação específica e emergencial, conquistados com tanta luta, estejam represados na Secretaria de Estado da Cultura (SECULT-AL) sem qualquer previsão de pagamento.

A situação se arrasta desde dezembro de 2020 com o resultado final dos editais. A partir de então, a SECULT-AL vem apontando novos prazos para efetuação dos depósitos para que sejam tão só e unicamente descumpridos de forma reiterada, abusando da boa fé dos/as trabalhadores/as da Cultura. Atualmente, para o agravamento da situação, nos encontramos sem qualquer previsão de resolução desta questão.

Como se não fosse o bastante, os/as proponentes dos projetos vêm recebendo da SECULT-AL informações desencontradas e incoerentes entre si. Foram alegados problemas como: a) a SECULT-AL realizou pagamentos de forma errada fazendo chegar recurso indevido a pessoas que não tinham o direito de receber, passando a aguardar o estorno desses repasses; b) problemas no setor de Finanças da SECULT-AL; c) problemas com as contas dos/as proponentes (argumento problemático pois algumas dessas contas já haviam recebido recursos da SECULT-AL); d) número reduzido de pessoal para aplacar a

demanda gerada pela execução da Lei Aldir Blanc; e) problemas no repasse dos recursos junto a Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas, enquanto esta alega já ter feito o repasse.

O conjunto da obra demonstra falta de acordo dentro do próprio Governo do Estado de Alagoas e problemas operacionais graves. Essa enorme quantidade de desinformação acentua a insegurança dos trabalhadores/as da Cultura, um campo já precarizado pela descontinuidade de Políticas Culturais e que teve sua situação extremamente agravada pela pandemia.

Por isso, se faz necessário e urgente a adoção de práticas de transparência no trato da gestão pública, garantindo publicidade, isonomia e padronização nos meios de obtenção de informações por parte da SECULT-AL com a criação de canais oficiais de atendimento.

É gritante a inércia do Conselho Estadual de Políticas Culturais do estado, que deveria ser o espaço de interlocução entre sociedade civil e o governo do estado, atuando de forma propositiva e fiscalizadora. É urgente democratizar o Conselho estadual garantindo o mínimo de 50% dos membros democraticamente eleitos pelos segmentos culturais alagoanos. Este espaço deveria ser o de ampliação da participação da sociedade nas discussões sobre os rumos da Cultura. No contexto de pandemia essa déficit democrático fica ainda mais evidente.

No contexto da pandemia, a ausência da voz dos/as trabalhadores/as e a falta de conexão com sua realidade fica ainda mais evidente.

Representantes da SECULT-AL têm apelado para nossa empatia com os/as servidores/as. Contudo, estes mesmos parecem esquecer que a fome tem pressa e que os trabalhadores/as da Cultura não podem esperar de forma indefinida entregues ao abandono total.

Compreender que há trabalhadores/as do outro lado não pode ser justificativa para o sucateamento do serviço público e para o descaso. Isso seria uma forma de despolitização e rebaixamento do debate. Pelo contrário, nesta ocasião em que foram anunciados recentemente concursos em diversas áreas como Educação e Segurança, nosso compromisso nos leva a defender a aplicação de um Concurso Público para a Cultura, de modo a dotar a SECULT-AL e seus órgãos vinculados de servidores/as capacitados/as e em quantidade suficiente para a prestação do bom serviço público ao conjunto de nossa população.

De acordo com o Relatório Parcial do Cumprimento Financeiro da Lei Aldir Blanc disponibilizado pela Secretaria Nacional da Economia Criativa e Diversidade Cultural – NECDC, divulgado no dia 23/03/2021, 80 cidades alagoanas possuem recursos não executados, em 31 delas não houve execução alguma. Segundo regulamentação da própria Lei Aldir Blanc, esses recursos deveriam ser devolvidos à gestão estadual que por sua vez deveria fazer o uso emergencial e democrático do mesmo, criando possibilidades de sobrevivência ao setor artístico-cultural alagoano. Portanto, exigimos transparência na relocação destes recursos ainda dentro deste semestre.

A falta do pagamento dos editais da Lei Aldir Blanc prejudica a realização dos projetos, compromete o cronograma de realização e pode vir a prejudicar a prestação de contas das iniciativas culturais contempladas, dificultando o acesso da população aos bens culturais, como também ameaçando a sobrevivência dos/as trabalhadores/as da Cultura e de inúmeras manifestações culturais alagoanas.

Nos despedimos, requerendo as seguintes providências:

1. **Pagamento imediato dos recursos da Lei Aldir Blanc devidos pela SECULT-AL;**
2. **Democratização de acesso aos recursos públicos**, através de editais construídos junto a comunidade cultural e amplamente divulgados;
3. **Transparência e diálogo permanente** junto a comunidade cultural com a abertura de espaços de diálogo continuado para elaborar, acompanhar a execução, fiscalizar e avaliar as Políticas Públicas de Cultura tanto neste momento de crise, como permanentemente;
4. Para efetivar o ponto 3 é fundamental a **Democratização do Conselho Estadual de Políticas Culturais de Alagoas**, garantindo a paridade entre governo e sociedade civil. Com representantes eleitos legitimamente pelos segmentos culturais de nosso estado;
5. **Criação de canais oficiais de atendimento** do trabalhador/a da Cultura garantindo a impessoalidade no trato da coisa pública; e
6. **Concurso Público para a Cultura Já!**

Agradecemos pela atenção dispensada,

Maceió, 22 de abril de 2021

Comitê de Crise de Cultura de Alagoas